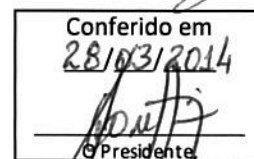


# Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 7-2014



## Reunião da Assembleia Geral



Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, a respetiva Assembleia Geral, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. Carlos Teixeira e o Segundo Secretário, Prof. António Lopes Nogueira, este último designado pela Assembleia, em substituição, por força da ausência, do irmão Abel Gonçalves recentemente falecido.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação dos pontos não aprovados em minuta, da ata da reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas, bem como do parecer do Conselho Fiscal | Definitório, referentes ao ano de 2013;
3. Análise e votação da proposta para alienação da Fração F, correspondente ao 1.º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do Desterro n.º 35, Freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana do 4.º Bairro Fiscal de Lisboa, sob o artigo n.º 880;
4. Outros assuntos de interesse para a Instituição:

Antes do início dos trabalhos e no uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, realçou a homenagem que precedeu a presente reunião magna, realizada aos irmãos Joaquim Marques Fernandes e Francisco Carvalho da Cruz, "antigos membros dos órgãos sociais desta Instituição".

Acrescentou ainda, "que tal homenagem ficará para sempre gravada na Mata das Misericórdias, recordando as gerações vindouras de todos aqueles que passaram por esta Santa Casa."

Frisou também, "a forma sentida com que o Provedor da Instituição, prof. José Dias Coimbra, encarou a realização desta homenagem e, em boa hora, levou a efeito mais esta iniciativa que honra a longa história desta Instituição".

Pediu a palavra o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, para referir que "Joaquim Marques Fernandes e Francisco Carvalho da Cruz, foram dois elementos essenciais à atuação da Misericórdia, através do contributo que deram, respetivamente no Conselho Fiscal e na Mesa Administrativa".

Acrescentou ainda, que "ambos os homenageados, para além da colaboração que deram à Misericórdia, também colaboraram com diversas entidades locais, como foram os casos dos Lions de Arganil, dos Bombeiros Voluntários de Arganil, das Conferências de S. Vicente de Paulo e da Comarca de Arganil".

Frisou depois, "Joaquim Marques Fernandes era um homem ligado aos movimentos católicos, um homem de Igreja, enquanto Francisco Carvalho da Cruz, apesar de também ligado à Igreja, ganhou destaque no campo do jornalismo, calcorreando essas localidades da Beira Serra, promovendo a divulgação dos acontecimentos no centenário semanário que é a Comarca de Arganil."

De seguida o Provedor da Instituição recordou o irmão recentemente falecido, Abel Gonçalves e que desempenhava as funções de segundo secretário da Mesa da Assembleia Geral, anunciando "a vontade

de em breve levar a efeito a realização da justa homenagem pelos inúmeros anos dedicados também à Santa Casa, pois também ele é merecedor de ficar recordado na Mata das Misericórdias.”

Após a intervenção inicial do Sr. Provedor, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, retomou o uso da palavra para, agora sobre a recente reunião do dia 6 de Março do Conselho Local de Ação Social de Arganil, mostrar a sua “indignação pela forma como a Misericórdia foi tratada”.

Sobre esta matéria o Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu, “foi com estupefação que, após o meu regresso a Arganil, verifiquei que a Misericórdia não fazia parte da estrutura operacional com maiores responsabilidades no campo social do concelho”.

Mais acrescentou, “não entender como é que uma Instituição com mais de três séculos ao serviço da comunidade arganilense, com a medalha de ouro do município pelos relevantes serviços prestados no campo assistencial, que liderou durante vários anos o Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas e que com esta tem colaborado na definição de estratégias no campo da solidariedade, deixou de fazer parte do Núcleo Executivo”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, achou “tudo mais estranho, quando isto sucedeu sem que uma série de factos alegados pela Instituição tenham tido qualquer esclarecimento, em face da reclamação apresentada pela Misericórdia”.

Salientou que, “não restava ao Provedor outra coisa, impedida que foi a Misericórdia de esclarecer os parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), se não manifestar o seu protesto abandonando a reunião do dia 6 de Março. Os pergaminhos desta Instituição assim o exigiam.”

Terminou a sua alocução referindo que, “ não é assim que se tratam as Instituições que tanto têm dado ao Concelho, à Região e ao País”.

De seguida e antes do início dos trabalhos inscritos na convocatória, propôs que os pontos 2 e 3, pela sua natureza, fossem aprovados em minuta, possibilitando dessa forma à Mesa Administrativa agilizar as deliberações daí resultantes.

Em face da proposta apresentada pelo Presidente da Mesa, António Carvalhais da Costa, a Assembleia Geral concordou, por unanimidade, com a mesma, pelo que foi dado início à discussão e deliberação dos pontos constantes da convocatória.

#### **1.) Leitura e votação dos pontos não aprovados em minuta, da ata da reunião anterior;**

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, propôs a dispensa da leitura da ata e a passagem à sua votação, na medida em que “o documento em causa foi disponibilizado para consulta antes da realização da reunião, tendo podido todos os irmãos proceder à respetiva leitura vários dias antes da presente Assembleia, além de que foi também disponibilizada no conjunto de documentos distribuídos antes do início dos trabalhos”.

Apresentada a proposta junta dos irmãos, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando-se de imediato à sua votação, tendo sido aprovada, também por unanimidade a ata em causa e referente à reunião anterior.

#### **2.) Apresentação, discussão e votação do relatório de Atividades e Contas, bem como do Parecer do Conselho Fiscal | Definitório, referentes ao ano de 2013;**

Neste segundo ponto foi dada a palavra ao Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra, que começou por



referir que “o ano de 2013 não foi um ano fácil, atendendo à conjuntura económica que atravessamos. No entanto, foi possível com a colaboração de todos concretizar os objetivos a que a Instituição se propôs.”

Destacou no entanto, “alguns assuntos como o Teatro Alves Coelho” que “continua a preocupar-nos, tanto mais que terminou o prazo para que a Câmara procedesse à realização das obras a que se tinha comprometido, designadamente o projeto inerente à escritura de direito de superfície, cujo término das respetivas obras era 31 de Dezembro de 2013.”

Ainda sobre este aspeto referiu que, “a Câmara para além de se ter comprometido em realizar o respetivo projeto de requalificação daquele espaço, através da apresentação de uma candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN – Quadro de apoio Comunitário), o que não fez, em benefício da Fábrica da Cerâmica Arganilense, ainda recebeu o valor das rendas e que se destinavam à manutenção do edifício em causa e que também não veio a ser realizado.”

Nesse sentido, acrescentou, “a Mesa Administrativa irá tomar posição sobre esta matéria, em sintonia com o Conselho Fiscal e respetiva Mesa da Assembleia Geral, que serão chamados a colaborar na resolução deste impasse que não poderá prolongar-se no tempo, sob pena de o Teatro Alves Coelho acabar por sucumbir ao desinteresse de alguns organismos públicos”.

Afirmou ainda, “cabe pois à Misericórdia tomar em mãos a resolução desta situação, pois é um dever de todos os irmãos não deixar cair aquilo que tantos arganilenses, sob a forma de subscrição pública construíram e, se for necessária outra subscrição junto da comunidade, a Instituição com o apoio da Comarca de Arganil, tratará de lançar mãos á obra.”

Pronunciou-se também, sobre o sucedido na reunião de 6 de Março último referente ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) referindo que “no meu entender foi arquitetada uma forma de ofender a Misericórdia, substituindo-a no Núcleo Executivo, através do engano dos restantes parceiros, uma vez que foram omitidos vários factos e inclusive proposto e aprovado um regulamento interno contrário às normas legais em vigor para este órgão.”

Com efeito, acrescentou o Provedor, “apenas resta à Câmara uma atitude, reconhecer o erro cometido e dar provimento à reclamação apresentada pela Instituição, pois na Misericórdia não existem jogos políticos. A única política da Instituição é honrar o seu passado e todos os que a serviram, em favor dos mais desfavorecidos e necessitados”.

Adiantou ainda, “não é de momento intenção da Misericórdia meter a Câmara em Tribunal, até porque o Presidente do CLAS, o Eng. Ricardo Pereira Alves, é também irmão da Misericórdia e ao assinar o pedido de entrada nesta Santa Casa assumiu, perante o Provedor, um compromisso de honra para com os ideais que norteiam esta Instituição e que com a atitude do passado dia 6 de março não está a cumprir.”

De seguida, solicitou ao Diretor Geral da Instituição e irmão da Misericórdia, Nuno Gomes, para que procedesse à apresentação do respetivo Relatório de Atividades e contas do Exercício de 2013.

No uso da palavra, Nuno Gomes, referiu que “o documento que será apresentado foi previamente colocado a consulta nos serviços da Instituição para que todos os irmãos se pudessem inteirar dele, antes da própria Assembleia Geral, sem prejuízo da apresentação que será efetuada e a respetiva discussão.”

Acrescentou também que, “o documento é extenso, mas foi de igual modo distribuído aos irmãos presentes, tendo sido previamente analisado pelo Revisor Oficial de Contas, cujo parecer sobre a componente económico-financeira se encontra também inserida nesse documento, sendo este parecer favorável.”

Mais afirmou, “o Relatório de Atividades e Contas foi também previamente apreciado pelo Conselho Fiscal, depois de elaborado com a supervisão e acompanhamento da Mesa Administrativa, pelo que passarei a apresentá-lo por itens, sem prejuízo da consulta da documentação anexa que se encontra na posse dos irmãos:”

## AÇÕES REALIZADAS

### COMPLEXO SOCIAL

O Complexo Social tem esta designação na medida em que concentra as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está associada à área do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, consubstanciada por meio de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP) ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Para uma maior clarificação as respostas sociais aqui integradas são: a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (sede e Secarias), o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e as Atividades de Animação e Apoio Família (AAAF), bem como a Mata das Misericórdias e respetivos jardins.

Simultaneamente estão afetos ao Complexo Social os projetos de intervenção comunitária como são o caso do Contrato Local de Desenvolvimento Social – *Uma Via para o Desenvolvimento Sustentado* (CLDS), o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) a par das Cantinas Sociais inseridas no Programa de Emergência Social (PES).

Outros programas e parcerias encontram-se também aqui incluídas, como são os casos do Concelho Local de Ação Social (CLAS), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Conselho Geral (CG) no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a Loja Social onde a Misericórdia marca presença.

### **Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia Secarias**

#### ➤ **Requalificação e Remodelação de Espaços, instalação de equipamentos de apoio;**

Tal como tem acontecido ao longo dos últimos tempos a Instituição tem procurado melhorar as condições de funcionamento dos seus equipamentos sociais, designadamente nas respostas de Lar e Centro de Dia.

A este propósito destacar a **conclusão dos trabalhos no bloco designado de saúde**, possibilitando a melhoria dos espaços afetos aos cuidados de saúde (gabinetes médico e de enfermagem, farmácia), mas também ao nível do acolhimento residencial (quartos - 3).

Ainda neste aspeto destacou-se a melhoria da sala de estar, bem como a copa de apoio a este bloco, dando origem a uma maior eficácia de serviços e rentabilização de recursos.



No campo dos equipamentos instalados há a destacar a copa nova (maquina de lavar, armários de arrumação e respetivas bancas, etc.), mas de igual modo os gabinetes de enfermagem (bancas de tratamentos e pias).

➤ **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de ERPI | CD Sede | CD Secarias | SAD**

A intervenção na componente residencial atrás apresentada teve impactos nos níveis de frequência na resposta de ERPI - Lar, designadamente por força da intervenção no Bloco de Saúde, no entanto a Instituição procurou amenizar esta situação, através de uma gestão adequada das vagas disponíveis.

Não obstante essa oscilação, a Instituição **manteve a frequência** do número de utentes afetos ao acordo de cooperação (95), sendo que a taxa de ocupação máxima foi de 128 utentes.

A este propósito referir que a média de idades é de 84 anos, sendo 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino.

Um dado significativo a ter em conta no âmbito do funcionamento da ERPI é o de que 29% dos residentes encontra-se na faixa etária dos 86-90 anos, ou seja, 37 pessoas. Já os utentes acima dos 90 anos são 29, o que representa, num universo de 128 residentes, 22,65%.

Outro aspeto crucial e que determina o funcionamento da ERPI é o próprio grau de dependência dos beneficiários desta resposta e que neste caso apenas 34% dos residentes são autónomos.

Quanto às patologias associadas ao foro psíquico é possível verificar que 34% dos residentes tem perturbações psicológicas e/ou neurológicas, com especial incidências para as demências, designadamente Alzheimer.

Quanto ao Centro de Dia da sede (CD Sede) este teve um incremento da sua frequência, passando de um valor médio de 2012 de 30,25 utentes para 33 em 2013, com especial crescimento no último quadrimestre do ano onde marcaram presença nesta resposta 37 idosos.

Apesar do acordo nesta valência da Instituição ser para 50 beneficiários, este número nunca foi atingido, tendo inclusive, em anos anteriores existido uma tendência de decréscimo, algo que nos últimos dois anos foi invertido graças à **dinamização de uma rede de transportes da Instituição**.

Quanto ao Centro de Dia de Secarias (CD Secarias) o nível de frequência manteve-se estável, tal como o número de acordos de cooperação também se manteve nos 9 elementos.

Por seu turno a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) manteve ao longo do ano a frequência de 25 pessoas, conforme estabelece o Acordo de Cooperação.

➤ **Manutenção das diretrizes e clausulado do Protocolo de Cooperação celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS);**

Resultado da negociação que anualmente tem sido concretizada entre a UMP e o MSTSS foi possível a produção de um acordo com duração bianual (2013 – 2014) que estabelece não só as comparticipações do Estado, mas também as regras de relacionamento entre as entidades do Setor Solidário e o respetivo Ministério que tutela.

Nesse sentido, a Misericórdia deu **continuidade à sua política de manutenção | implementação deste**

**protocolo** no relacionamento quer com utentes, famílias e o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra).

Neste campo procurou, conjuntamente com as Misericórdias do Distrito, a aplicabilidade da cláusula de exceção (norma transitória) sobre o reaproveitamento de verbas não esgotadas e afetas a Acordos de Cooperação, neste caso do CD sede, para outras respostas como é o caso do SAD, esperando-se que a conclusão deste processo ocorra em 2014.

- **Desenvolvimento integrado de um plano de atividades dirigido aos beneficiários das diversas respostas sociais, tendo como tónicas a valorização pessoal dos mesmos e o reforço da proximidade à Instituição;**

Apesar desta ação ser apresentada neste sub-item, é importante realçar que esta é extensível a todas as áreas funcionais da Misericórdia, pois resulta de uma preocupação constante no seio da Instituição em assegurar uma ocupação diária junto de todos aqueles que recorrem aos serviços da instituição.

Nesse sentido, e sem prejuízo de consulta de relatório específico sobre esta temática, é importante destacar que existe um **planeamento anual de atividades, que se estruturam numa lógica mensal, semanal e diária, assente numa ação intergeracional.**

Assim, a Instituição **assegura diariamente um leque de atividades de animação e ocupação**, subordinadas a temáticas semanais e mensais, previamente definidas por uma equipa de animação, tendo em conta a capacidade e autonomia de todos os utilizadores, e contando com a colaboração de um grupo de voluntários.

Por outro lado, a Misericórdia procura envolver, se possível, nas atividades de carácter institucional os seus utentes, promovendo uma dimensão inclusiva da vida na Santa Casa.

Brevíssimo resumo de atividades realizadas:

- Dia de Reis – cantar as janeiras;
- Dia do Amor;
- Semana da leitura;
- Carnaval;
- Dia Internacional da Mulher,
- Dia Internacional da Floresta e da árvore;
- Celebração da Páscoa e do Natal;
- Festividades St. Isabel;
- Marchas Populares;
- Atividades balneares e desportivas – hidroginástica;
- Feira do Mont'alto e Ficabeira;
- Magusto;
- Passeios Temáticos;
- Um sorriso do tamanho do coração – Palhaços d'Opital
- Etc,



## Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

### ➤ **Reforço do apoio técnico e alargamento de serviços no CATL | AAAF – Terapia da Fala, psicologia, Inglês e Música**

Ao longo dos últimos anos a resposta de CATL tem mostrado a sua pertinência no âmbito das respostas sociais, na medida em que tem mantido a sua presença junto das famílias, através do apoio às crianças.

No entanto, as oscilações demográficas no concelho têm tendência a ter impactos no seu funcionamento, pelo que a sua localização e funcionamento no perímetro da Escola Básica de Arganil (EB1) **é uma mais-valia quer para a manutenção e sustentabilidade do CATL**, mas de igual modo para colmatar as necessidades de apoio às famílias, pelo que a sua presença e funcionamento no edifício D. Arminda Sanches se tem revelado essencial nestas duas vertentes.

Contudo, o ano de 2013 ficou marcado, não só pela **manutenção do apoio de algumas valências específicas como a Terapia da Fala, o apoio ao estudo**, entre outras, mas também pelo alargamento do leque de serviços prestados, nomeadamente no período já inscrito no ano letivo 2013 – 2014.

A este propósito destacar o apoio conferido ao longo do ano a **25 crianças** na disciplina da Terapia da Fala (14 do 1.º ciclo e 11 do Pré-escolar).

Nesse sentido, a Instituição apostou na **criação de uma sala multidisciplinar** no espaço de funcionamento do CATL, no qual, para além da Terapia da Fala, também os **serviços de psicologia da Instituição passaram a prestar apoio**.

Neste último campo e em Dezembro de 2013 a Misericórdia prestava já acompanhamento terapêutico (psicologia clínica) a **4 crianças do 1º ciclo**.

A esta sala foi ainda associado **o acesso às novas tecnologias**, através da presença de um monitor com formação específica nesta área (CLDS), bem como foi inscrito no leque de serviços prestados **o ensino do Inglês e a música**.

### ➤ **Manutenção de uma política de mensalidades sociais CATL | AAAF**

Atendendo ao momento que o País atravessa, a Misericórdia procurou assegurar alguma almofada económica no âmbito das mensalidades praticadas nas suas várias respostas sociais, com destaque para o CATL e as AAAF.

Nesse sentido, **manteve congelados os valores máximos de participação familiar**, correspondentes aos três últimos escalões previstos nos normativos da Segurança Social, aplicando assim os tetos máximos praticados no ano letivo 2008 -2009.

Por outro lado, e apesar de não ser obrigatório, **manteve a política de aplicação proporcional da mensalidade calculada conforme a utilização dos períodos (manhã | Tarde | Férias)**.

No âmbito das AAAF passou a implementar o regulamento municipal para a componente relativa ao pré-escolar, dando assim expressão ao aspeto social para a rede pública.

### ➤ **Manutenção dos níveis de frequência**

Fruto desta permanente aposta na inovação o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) a par das

Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) apresentou uma frequência média que rondou as 100 crianças, assegurando-se os valores estipulados em Acordo de Cooperação (60) enquanto as restantes foram enquadradas em Protocolo com a Autarquia como é habitual (rede do pré-escolar).

## **Empresas de Inserção**

A medida conhecida por Empresas de Inserção tem funcionado, desde 1999, na Misericórdia como instrumento de intervenção junto de um conjunto de cidadãos em situação de vulnerabilidade, articulando diversas entidades tuteladas pelo MSTSS, como são o caso do Centro Distrital de Segurança Social – Coimbra (beneficiários RSI) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP - Centro Emprego Pinhal Interior Norte).

Desde 2012 que a continuidade desta medida tem sido avaliada pelas entidades responsáveis, **refletindo-se numa redução gradual do número de beneficiários incorporados** e cujo número máximo passou de 20 para 15 (no total das três empresas – Agricultura Biológica, Lavandaria, Limpezas e Manutenção) na Misericórdia.

Ao longo do período de execução desta medida tem sido possível a contratação de alguns dos seus beneficiários no quadro da Instituição, assegurando assim a conclusão do processo de integração. No final de 2013 encontravam-se 13 beneficiários nas EI.

### **➤ Prestação de serviços à comunidade e à própria Instituição**

Como principal prestação das Empresas de Inserção (EI), para além do papel fundamental no combate à exclusão social, encontram-se os serviços à comunidade. Neste caso, por meio de protocolos estabelecidos pela Misericórdia com outras entidades, como é o caso da Fundação Bissaya Barreto (Casa da Criança), designadamente serviços de lavandaria e jardinagem, mas também a prestação de serviços a particulares, nomeadamente de manutenção.

Contudo, é para a própria Instituição que as EI têm maior impacto, em especial no âmbito da limpeza da Mata e do alindamento dos jardins, mas de igual modo na limpeza e lavagem de roupas.

## **Formação e Qualificação de Recursos Humanos e Serviços**

A componente da formação tem sido uma preocupação constante na dinamização da atuação da Misericórdia, nesse sentido várias ações se realizaram tendo como pano de fundo esta preocupação.

No decurso de 2013 foi ainda dado **início ao processo destinado à certificação dos serviços sociais da Instituição através da implementação do Sistema designado de EQUASS Assurance.**

EQUASS significa European Quality in Social Services e abrange um vasto leque de serviços na área do desenvolvimento, promoção, aprovação e certificação da qualidade, com respeito pelos requisitos Europeus para a qualidade da prestação dos Serviços Sociais.

Através da implementação deste sistema pretende-se a qualificação dos serviços sociais, mediante o compromisso dos prestadores de serviços com a qualidade e a melhoria contínua, e pela garantia de serviços de qualidade aos seus utentes/ em toda a Europa.

Para o sucesso da implementação deste sistema foi desenvolvido ao longo do ano transato um conjunto de ações de formação junto dos colaboradores da Instituição, ações estas que se prolongam em 2014, e que de seguida passamos a sintetizar, bem como outras.



## **Celebração e consolidação de novos Protocolos – Cantinas Sociais, Atividades Socialmente Úteis, Loja Social, Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC), EPTOLIVA**



A Instituição considera na sua política de atuação ser essencial assegurar uma rede de parcerias com diversas entidades, tendo em vista reforçar a sua capacidade de intervenção em diferentes campos.

Esta opção, é uma marca identitária da Misericórdia, pelo que a postura de colaboração tem sido colocada no terreno em articulação com um adequado planeamento estratégico tendo em vista a concretização das metas a que a Santa Casa se propõe alcançar.

### **➤ Cantinas Sociais e PCAAC;**

Apesar das cantinas sociais ter sido protocolado com o CDSS-Coimbra em Julho de 2012 sendo uma medida inserida no Programa de Emergência Social (PES), **foi em 2013 que foi consolidada a atuação desta resposta social**, tendo sido fornecidas diretamente pela Misericórdia um total de **14 271 refeições**, a que correspondeu uma média mensal de 1189 refeições, representando **31 agregados familiares**.

Por outro lado, a Instituição procurou celebrar acordos com outras Instituições de Solidariedade do concelho, designadamente com a sua congénere de Vila Cova do Alva, o Centro Social de Anseriz, a Associação Humanitária do Barril do Alva e o Centro Paroquial do Sarzedo.

Quanto ao Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC) a Instituição manteve a sua participação, tendo procedido à distribuição de bens alimentares em dois momentos durante o ano passado, **apoando 39 agregados familiares**, a que correspondeu um total de 141 beneficiários, em cada um desses momentos.

### **➤ Atividades Socialmente Úteis**

No âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção (RSI) e o reforço da componente de prestação de trabalhos a favor da comunidade, como forma de responsabilização dos beneficiários, a Instituição celebrou em 4 de novembro de 2013 Protocolo com o CDSS-Coimbra tendo em vista a inclusão de 4 pessoas.

A prestação deste trabalho foi direcionada para a preservação, manutenção e proteção ambiental da Mata das Misericórdias.

### **➤ Loja Social;**

Em funcionamento desde 3 de Dezembro de 2012 no Centro Paroquial de Arganil o projeto da loja social tem beneficiado do apoio da Misericórdia, designadamente ao nível do tratamento de roupas. A este propósito referir **que a Instituição assegurou a lavagem e tratamento de mais de 1,5 t de roupa no ano que findou**.

De realçar que a componente de distribuição de roupas está integrada no designado Banco social e representa 50% do total de ações dinamizadas no âmbito deste projeto dinamizado pela Autarquia.

### **➤ EPTOLIVA;**

Outro momento marcante para a Instituição foi a assinatura de **protocolo de colaboração com a Escola Profissional EPTOLIVA**, ao mesmo tempo que passou a integrar como membro associado a ADEPTOLIVA, entidade responsável pela gestão desta estrutura de ensino.

Com esta entidade, cuja área de influência abrange os concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, **perspetivou-se o retorno do ensino profissional a este concelho**, tendo como espaço privilegiado de formação as respostas sociais da Misericórdia, designadamente no campo da saúde.

Este projeto, caso tivesse sido materializado, possibilitaria a instalação permanente de um polo formativo, sem encargos para a Instituição, ao mesmo tempo que representaria um retorno financeiro mensal significativo pelo aluguer dos espaços a ceder, mas de igual modo pelos serviços a prestar, nomeadamente fornecimento de refeições aos alunos.

Contudo, e apesar da ambição que o projeto encerrava, não foi possível a sua materialização, em face das adversidades levantadas localmente.

No entanto, a porta que se abriu, por meio da formalização desta parceria, poderá vir a frutificar no futuro, com ganhos para a comunidade local, para a Misericórdia e, muito particularmente, para os jovens.

### **Manutenção da colaboração com o Secretariado Nacional e o Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias de Coimbra (UMP)**

Tal como havia sido preconizado no Plano de Atividades a Misericórdia manteve como prioridade assegurar a colaboração ativa com a União das Misericórdias Portuguesas, não só ao nível do apoio técnico, por intermédio do seu Diretor Geral, mas especialmente ao nível Institucional pelo seu Provedor.

Desta forma, foi possível uma estreita colaboração e articulação tendo em vista a resolução de algumas problemáticas, nomeadamente ao nível da **abertura das unidades de cuidados continuados das congéneres de Cantanhede e Pampilhosa da Serra**, mas de igual modo na **assinatura de protocolo de cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**, sem esquecer o apoio às diversas Misericórdias do Distrito.

Por outro lado, destacou-se a colaboração na organização **da homenagem ao Presidente da UMP, Dr. Manuel de Lemos**, pela condecoração atribuída pela Presidência da República no dia 10 de Junho.

Não pode ainda ser esquecida a **participação do Provedor da Instituição no processo de reflexão sobre a alteração aos estatutos da UMP**, assim como a definição de um modelo de normas estatutárias para todas as Santas Casas de Portugal.

### **Academia Condessa das Canas**

O projeto de instalação da designada Academia Condessa das Canas tem sido uma ambição da Misericórdia, dando assim continuidade à sua componente cultural.

No entanto, a situação económica tem aconselhado a uma postura de prudência, pelo que as intervenções realizadas na escola do Paço Grande, imóvel destinado à instalação desta estrutura da Instituição, no ano de 2013 destinaram-se apenas à **manutenção do referido espaço**, nomeadamente de limpeza e combate à degradação dos elementos estruturais do edifício.



Apesar disso, a Academia Condessa das Canas manteve a sua intensa atividade, através do Orfeon Maestro Alves Coelho, que assegurou uma agenda de concertos significativa, contribuindo desta forma para a concretização de um dos objetivos da instituição: Promover a atuação cultural e artística, através da valorização histórica da Instituição.

➤ **Manutenção de agenda de concertos e internacionalização;**

O Orfeon Maestro Alves Coelho no ano de 2013 teve uma intensa atividade, marcada pela **celebração do seu III aniversário e a sua primeira internacionalização** no âmbito do Projeto “Europa pelos Cidadãos”, através da deslocação a Espanha, mais especificamente a Torres de Cotillas e San Javier, tendo como pano de fundo a geminação entre essa localidade e Arganil. Contudo, e apesar do crescimento artístico do Orfeon este pautou a sua ação por uma redução do número de apresentações públicas.

➤ **Manutenção colaboração com a Fundação Memória da Beira Serra – A Comarca de Arganil;**

Em 2013 a Misericórdia manteve a parceria com a Fundação Memória da Beira Serra – A Comarca de Arganil (FMBS), mediante protocolo anteriormente celebrado em 2011.

Esta parceria traduziu-se, não só na cedência de apoio logístico (sala da redação, entre outros), mas de igual modo no âmbito da dinamização do projeto designado Museu da Imprensa Regional e das Comunidades Portuguesas, cujo espólio se encontra acomodado em instalações da Misericórdia (coleção impressa, maquinaria, arquivo fotográfico, etc).

Neste caso, a implementação deste projeto museológico encontra-se associado à recuperação da escola do Paço Grande, cujo cronograma tem sido reajustado, em face dos constrangimentos orçamentais e a prudência aconselha.

### **Mata das Misericórdias e Jardins**

O ambiente e a preservação deste é uma constante na ação da Instituição, nomeadamente através da valorização dos espaços naturais existentes no perímetro da Santa Casa, com especial destaque para a Mata das Misericórdias.

Este espaço, agora com 22 hectares, tem sido o verdadeiro cartão de visitas da Misericórdia mas também da vila de arganil, aspeto que envolve uma permanente atenção à preservação e valorização da Mata.

➤ **Continuação da reflorestação e realização de atividades várias;**

À semelhança dos anos anteriores a Santa Casa deu **continuidade ao processo de reflorestação** da Mata das Misericórdias, recorrendo aos seus viveiros internos e a parcerias com a comunidade como foi o caso do Agrupamento de Escuteiros de Arganil.

A este propósito **foram plantas mais duas centenas de plantas autóctones** como são o caso do carvalho e do castanheiro, substituindo deste modo aos pinheiros bravos que têm sido alvo de uma constante limpeza tendo em vista manter sobre controlo a doença do nemátodo.

Para além das ações de reflorestação a Instituição manteve a realização de outras ações, como foi o

caso do descerramento de mais uma Placa no Percurso da poesia da jovem Inês Costa, associando-se a esta ação o Lions Clube de Arganil.

➤ **Abertura e manutenção dos espaços de lazer, ruas e circuitos pedonais e miradouros;**

Outra das ações que a Instituição deu continuidade no ano de 2013 foi, para além da permanente manutenção e limpeza dos espaços existentes na Mata, **a criação de mais largos destinados ao lazer e descanso dos utilizadores.**

Por outro lado foram **também colocados mapas ao longo dos diferentes percursos** existentes com georreferências aos pontos mais interessantes da Mata, mas de igual modo da paisagem circundante.

➤ **Prolongamento da Rua das Misericórdias – descerramento do Brasão da UMP;**

Aproveitando a realização das tradicionais festividades de St.<sup>a</sup> Isabel a instituição procedeu à **inauguração da extensão da Rua das Misericórdias**, com a particularidade dessa passar a ter o brasão da União das Misericórdias Portuguesas, assim como os brasões de diversas Santas Casas como foi o caso das Misericórdias de Amarante, Braga, Golegã, Murça e Tomar.

➤ **Almoço Solidário – CLDS | Grupo SONAE | Centro Ambiental;**

Outra das atividades realizadas no decurso do ano passado foi a realização de um **almoço solidário**, tendo como pano de fundo o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), a estrutura do Centro Ambiental da Misericórdia e o patrocínio do grupo SONAE.

Esta ação visou juntar as Instituições de Solidariedade Social do Concelho de Arganil que são parceiras no CLDS, reunindo os diferentes beneficiários deste projeto, tendo em vista promover a inclusão social.

Simultaneamente, e através do patrocínio do Grupo Sonae, realizou-se um almoço que juntou na Mata das Misericórdias, entre colaboradores desse grupo e beneficiários, mais de meio milhar de pessoas e doze entidades não lucrativas.

Ainda no âmbito desta ação foi possível, posteriormente, a distribuição de bens alimentares pelas diversas entidades | beneficiários participantes.

## **Projetos de Intervenção Social**

Neste item destacamos um leque vasto de projetos de interesse comunitário com o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) à cabeça, sem esquecer no entanto, as parcerias integradas no âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS), na Comissão de Proteção de Crianças (CPCJ) onde a Instituição reforçou a sua colaboração, mas de igual modo no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, assim como no Núcleo Local de Inserção (NLI) no âmbito do Rendimento Social de Inserção.

### **Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) – Uma Via para o Desenvolvimento Sustentado**

O ano de 2013 ficou marcado pela intensa atividade do CLDS, nomeadamente no campo da Ação I, com a designação de Centro Multidisciplinar de Atendimento Permanente que prestou apoio a cerca de 150 beneficiários, neste caso maiores de 65 anos e em situação de isolamento social.

Este apoio incidiu quer na componente social, quer na componente de saúde, traduzido no significativo número de visitas domiciliárias realizadas, 7 no campo dos cuidados de saúde e 9 no apoio psicossocial.



Apesar do CLDS não se ter esgotado no designado Centro Multidisciplinar de Atendimento Permanente (CMAP), esta é a atividade mais emblemática deste projeto, sendo que em documento anexo segue o respetivo relatório mais pormenorizado e específico.

## **Atualização e inventariação do Património Imóvel**

A Misericórdia tem acumulado ao longo dos tempos um conjunto de imóveis espalhados por várias localidades, desde Arganil, passando por Cascais, Lisboa, Sintra e Vila Nova de Gaia.

Este património tem permitido uma fonte de receitas, através, quer do seu arrendamento, quando possível, quer através da sua alienação, quando necessário.

Contudo, face à dimensão e dispersão do património imóvel da Misericórdia, **foi dado início à sua inventariação, através da realização de plantas, cadernetas prediais**, assim como a **respetiva atualização do valor patrimonial**, tendo por base as avaliações mais recentes da Autoridade Aduaneira e Tributária.

De realçar que esta inventariação pretenderá de igual modo, facilitar a gestão do património institucional, através da seleção de quais os imóveis a manter e a reparar no futuro e quais aqueles que apenas trazem encargos para a Misericórdia e que, por esse motivo, deverão ser alienados.

## **COMPLEXO DE SAÚDE**

O Complexo de Saúde corresponde a uma das outras áreas de atuação da Misericórdia, sendo composta pelos equipamentos afetos aos Cuidados Continuados Integrados (Hospital Dr. Fernando Valle) e à Reabilitação (Clifiargus).

Contudo, associado a esses dois equipamentos encontra-se também a estrutura prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas e destinado a uma nova resposta social no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

### **Hospital Dr. Fernando Valle – UCC**

Como prioridade para o ano de 2013 foi elencada a **manutenção dos níveis de frequência** desta resposta social tendo em vista manter a respetiva sustentabilidade.

De realçar que este desafio se revelou bastante pertinente, uma vez que o ano que findou ficou marcado pela abertura de mais Unidades de Cuidados Continuados no Distrito de Coimbra, o que poderia significar uma possível quebra nas taxas de ocupação, o que não se veio a verificar.

Como foi possível verificar no gráfico anterior a taxa de ocupação foi, em qualquer das tipologias de internamento, **superior a 85%**, o que revelou a manutenção da dinâmica ao nível da sua utilização.

Quanto à proveniência dos utilizadores desta resposta em termos de área de residência e de um total de 90 cidadãos que utilizaram a UCC – Dr. Fernando Valle, a maioria é originária de Arganil, seguindo-se o concelho de Tábua, como poderemos visualizar na tabela que se segue.

O ano de 2013 ficou também marcado pela aposta na **instalação de algum equipamento indispensável à melhoria dos serviços, designadamente um desfibrilhador**, destinado a uma mais rápida intervenção na prestação de socorro.

## Clifiargus

Em relação à Clifiargus, entidade que integra o universo da Misericórdia de Arganil, com personalidade jurídica autónoma, há que referir que a aposta assentou na **estabilização do seu funcionamento**, atendendo à redução da faturação verificada em 2012 face a 2011.

Essa consolidação implicou um **forte reajuste do lado dos custos, especialmente com os recursos humanos**, através do reforço das sinergias com os diversos departamentos da Santa Casa e com especial incidência em algumas áreas específicas como foi o caso da fisioterapia.

Por outro lado, a saída e a atribuição de licenças junto de alguns profissionais, mas de igual modo o recurso à figura dos estágios profissionais, possibilitou um reajuste dos custos associados aos recursos humanos, traduzindo-se numa redução de cerca de 60%, apesar de em 2014 tal valor não ser suscetível de ser concretizado tão facilmente.

Esta alteração ao nível dos custos possibilitou que o ano civil de 2013 terminasse com um valor positivo de trezentos e sessenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos (366,88€), que apesar de simbólico permite aspirar à continuidade desta infraestrutura nos moldes atuais.

## Hospital Condessa das Canas

No decurso de 2013 a Instituição manteve o interesse no desenvolvimento deste equipamento, assegurando um conjunto de diligências junto da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro), tendo em vista manter a prioridade de concretização deste equipamento.

Deste modo, foi **estabelecida uma reprogramação associada à disponibilidade financeira do Estado (ARSC)**, ao mesmo tempo que se iniciou processo destinado à possível integração no novo quadro comunitário do Hospital Condessa das Canas.

Simultaneamente, durante o ano de 2013, a Instituição **procedeu à renovação da solicitação dos pagamentos em atraso referentes ao projeto (Arquitetura e Especialidades)** e que perfazem um total de trinta e sete mil e quinhentos euros (37.500,00€) de um total elegível de cinquenta mil euros (50.000,00€).

## COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL

Integrados nesta área de atuação estão vários equipamentos que fazem parte do património da Misericórdia e que se encontram ao serviço da comunidade, quer seja no campo religioso, desportivo ou mesmo cultural.

Desses equipamentos destacam-se a Igreja da Santa Casa, as piscinas e o campo polidesportivo do Complexo zé Miguel, sem esquecer o Teatro Alves Coelho e o campo de futebol Dr. Eduardo Ralha. Estes últimos cedidos em regime de direito de superfície ao Município de Arganil.

### ➤ **Abertura da Igreja da Misericórdia à Comunidade e formatura da Irmandade;**

Ao longo de 2013 a Igreja Misericórdia esteve o dispor da comunidade arganilense, tendo sido aí **realizadas as tradicionais festividades de St.ª Isabel**, Nossa Senhora da Aparição, padroeira das Misericórdias.

Por outro lado este espaço acolheu um conjunto de **eventos culturais** com destaque para os **concertos**



do Orfeon Maestro Alves Coelho, beneficiando da utilização do órgão de tubos.

De realçar que este edifício religioso ficou beneficiado com a oferta da obra da Via Sacra pelo Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, colmatando assim uma ausência pois a Igreja não possuía a representação da Paixão de Cristo.

No campo dos rituais a Santa Casa manteve a prática de **formatura da Irmandade**, acompanhando nas últimas exéquias os irmãos da Misericórdia, ou outras personalidades que, de algum modo, contribuíram para o engrandecimento da Instituição, sem esquecer a celebração semanal da Eucaristia no Complexo Social.

➤ **Utilização pela Comunidade dos equipamentos desportivos;**

Quanto aos equipamentos desportivos manteve-se a abertura ao público **das piscinas do Complexo "Zé Miguel"**, que ao longo dos últimos dezoito anos tem contribuído para o lazer da comunidade e dos seus visitantes, a par do polidesportivo e do campo de ténis, assim como os aparelhos de manutenção física existente na Mata das Misericórdias e o respetivo circuito.

Contudo, não devem ser deixados de referir outros equipamentos e recursos que a Instituição tem colocado ao dispor da comunidade como são o caso:

- Feira do Mont'alto
- Salão Nobre do Complexo Social
- Pavilhão do Paço Grande
- Forno da broa
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas
- Autocarro de 23 lugares

A utilização destes recursos é assente numa lógica de reforço das parcerias, visando a promoção do bem-estar local, onde diversas entidades têm papel essencial como: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Confraria Gastronómica do Bucho, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

## **RESUMO CONTAS**

Após a apresentação das diversas atividades desenvolvidas pela Misericórdia, através da sua estrutura organizacional enquadrada por três grandes áreas de atuação, é chegado o momento de conhecer a componente económica subjacente à atuação da Instituição.

Não sem antes reiterar as **dificuldades sentidas ao longo de 2013**, especialmente as relacionadas com a tesouraria da Instituição, fortemente condicionada pelos atrasos de pagamentos, designadamente no campo da saúde, quer ao nível dos cuidados continuados, quer ao nível da reabilitação (convenção ARS-Centro).

Não obstante, o ano que findou ficou também marcado pelos atrasos na liquidação dos valores cobrados pela prestação de serviços, designadamente dos utentes e respetivas famílias, com especial incidência

na resposta de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI).

Contudo, poderemos afirmar que a Misericórdia conseguiu suportar as dificuldades sentidas, sem que se tenha verificado perda de qualidade nos seus serviços, sendo que, nalguns casos, verificou-se uma aposta clara na melhoria e reforço destes.

Nesse sentido, foi possível registar um total de rendimentos de dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos (2.941.384,05€), os gastos, por seu turno, atingiram o montante de dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros e doze cêntimos (2.923.481,12€).

O que, apurada a diferença entre rendimentos e gastos, obteve-se um resultado líquido de dezassete mil, novecentos e dois euros e noventa e três cêntimos (17.902,93€).

De realçar que, face ao orçamento, registou-se um crescimento no resultado líquido do exercício em dezassete mil, setecentos e um euros e noventa e três cêntimos (17.701,93€) no entanto, e face a 2012, o resultado líquido, apesar de ter também crescido, esse aumento foi já de treze mil, oitocentos e dezoito euros e sessenta e seis cêntimos (13.818,66€).

## **Rendimentos**

Neste campo, a Instituição tinha estabelecido um orçamento de dois milhões setecentos e setenta e seis mil, e seiscentos e oitenta e cinco euros (2.776.685,00€), mas fruto do contributo decorrente dos acordos de cooperação com o Estado, assim como dos rendimentos provenientes de investimentos não financeiros, designadamente das rendas resultantes do seu património, a par da valorização das propriedades de investimento, foi possível um crescimento de 5,93%, totalizando dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos (2.941.384,05€).

De realçar que no campo dos subsídios à exploração (acordos com o Estado) o programa que mais se destacou em termos de crescimento correspondeu à cantina social, enquanto nas respostas sociais foi o Centro de Dia que melhor desempenho apresentou em termos de transferências do ISS,IP face ao previsto.

Em suma, o crescimento no campo dos rendimentos traduziu-se em mais cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove euros e cinco cêntimos (164.699,05€).

## **Gastos**

No campo dos gastos a Instituição tinha preconizado uma redução orçamental face ao ano de 2012, tendo em conta o receio face à possível perda de receitas perspectivada pela situação económico-financeira que o País atravessa.

No entanto, a pertinência em manter o nível de funcionalidade da Instituição, a par da realização de um conjunto de apostas na qualificação dos seus serviços, deu origem ao crescimento em 5,29% dos custos, ou seja, foram gastos dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros e doze cêntimos (2.923.481,12€) face ao previsto que foi de dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis euros (2.776.486,00€).

Neste caso o crescimento originado pelo desempenho da Instituição atingiu os cento e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco euros e doze cêntimos (146.995,12€).



Contribuíram para este crescimento o aumento na rúbrica dos custos das mercadorias e matérias-primas, com mais 8,66%, ou seja trinta e um mil, setecentos e sessenta e três euros e trinta e cinco cêntimos (31.763,35€), a que não foi alheia a área da confeção de refeições, designadamente do programa das cantinas sociais que, em 2013, disparou face a 2012, traduzida no aumento de refeições servidas.

Contudo, foi na rúbrica do fornecimento de serviços externos que se verificou um maior crescimento, comparativamente com o orçamento, em 19,64%, ou seja, mais cento e trinta e um mil, oitocentos e setenta e um euros e sessenta e seis cêntimos (131.871,66€).

De realçar a redução dos gastos com o pessoal, face ao orçamento, em 1,55%, neste caso, menos vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito euros e setenta e cinco cêntimos (23.628, 75€), explicado pelo ajustamento nos turnos e horários do pessoal, o que permitiu esta redução, a par da diminuição de alguns custos associados ao trabalho em dias de descanso | feriados.

Contudo, há a destacar, comparativamente com 2012, no total de gastos, um decréscimo de cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e sessenta e um cêntimos (52.469,61€), a que correspondeu uma diminuição de 1,76%.

### **Investimento**

Não tendo sido um ano fácil, a Instituição procurou assegurar a realização do investimento essencial ao seu funcionamento, nesse sentido encerrou o ano com um total de cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa euros e trinta e oito cêntimos (154.690,38€).

Este investimento, apesar de, face a 2012, ter sido menor, não deixou de implicar um esforço por parte da Misericórdia, a qual conseguiu por intermédio deste esforço reduzir alguma da sua despesa de funcionamento.

Nesse sentido destacamos a aquisição de uma caldeira, no valor de onze mil, seiscentos e quarenta e oito euros e dez cêntimos (11.648,10€), que possibilitou reduzir os custos na rúbrica dos combustíveis, entenda-se consumo de gás.

No campo dos investimentos em curso – ativos tangíveis, foram disponibilizados setenta e quatro mil, oitocentos e dezanove euros, e trinta e oito cêntimos (74.819,78€), nos quais se incluem os trabalhos para a própria Instituição.

Já nos edifícios e construções, foi possível inscrever sessenta e oito mil, cento e setenta e cinco euros (68.175,00€), provenientes da valorização de imóvel doado à Misericórdia.

## **ANÁLISE FACE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS**

Apresentadas que foram as diversas ações desenvolvidas pela Instituição, assim como a componente económica que estas tiveram subjacentes, importa agora, tecer algumas considerações sobre as metas previamente estabelecidas, de modo a avaliarmos os resultados obtidos.

Assim, e tendo como referência o Plano de Atividades anteriormente aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa, destacamos o esforço realizado na concretização dessas mesmas metas, as quais não teriam sido possíveis de materializar sem o empenho de todos os que colaboram e dirigem esta Misericórdia, designadamente os seus órgãos sociais.

Nesse sentido, foi possível verificar no objetivo de **manutenção do volume de postos de trabalho, que a Misericórdia não só o conseguiu assegurar como, inclusive, aumentou.**

Esta opção visou, antes de tudo, manter o papel de almofada social da Instituição no seio da economia local, permitindo a regularização de situações laborais de trabalhadores com mais de 3 renovações contratuais.

Simultaneamente, **conseguiu reduzir os custos associados a despesas com pessoal**, fruto de uma rigorosa política de gestão dos recursos humanos, bem como da utilização das diversas medidas de apoio ao emprego previstas pelo Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social.

Ainda sobre este item, realçar que o volume de empregabilidade passou de 148 colaboradores para 153, com a particularidade de que este aumento de 5 pessoas correspondeu à passagem à efetividade de idêntico número de colaboradores que se encontravam em situação de vínculo a prazo, traduzindo a preocupação social da Misericórdia.

Outro dado, a ter em conta foi o de que o número correspondente a Contratos Emprego Inserção, Estágios Profissionais e Empresas de Inserção, no seu todo, manteve-se idêntico a 2012, ou seja, estiveram 20 pessoas integradas nestes programas e que estão contabilizadas no volume global de emprego (153).

Outra meta preconizada para o ano transato foi a manutenção de uma política de requalificação dos espaços, recorrendo à sua capacidade interna, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.

Exemplo dessa política foi a **conclusão dos trabalhos no designado bloco de saúde**, assim como nos gabinetes de médico e de enfermagem, sem esquecer a requalificação de um conjunto de instalações sanitárias.

Também ao nível **do bairro social da Misericórdia foi dado início à intervenção** em algumas das habitações, o que se traduziu, de igual modo na celebração de novos contratos com valores de renda mais consentâneos com o mercado local.

Quanto à preocupação com as questões ambientais e de valorização dos espaços florestais da Instituição, podemos afirmar que esta também se manifestou, através do **contínuo trabalho de preservação da Mata das Misericórdias**, nas suas mais diversas áreas, designadamente ao nível da reflorestação e sensibilização da comunidade para a sua preservação.

Por outro lado, ao nível da formação dos colaboradores foi **dado início ao processo de certificação no âmbito do EQUASS**, o que representa uma mais-valia para a melhoria dos serviços, assim como da qualificação dos seus recursos humanos.

No campo do património foi iniciado o **processo de inventariação e localização do mesmo**, com reflexo na valorização dos seus rendimentos, tendo em vista a sustentabilidade da Misericórdia.

No campo cultural a Instituição, por intermédio do Orfeon Maestro Alves Coelho, **promoveu a realização de um conjunto de concertos, ao mesmo tempo que concretizou a primeira internacionalização desta estrutura da Santa Casa.**

Por outro lado, realizou um conjunto de conferências, nas mais diversas áreas, com destaque para o encontro realizado no dia 9 de Novembro e que juntou no Salão Nobre da Instituição diversos técnicos e representantes dos municípios da Beira Serra subordinado ao tema *“Metodologias Participativas da*



*Intervenção Social”.*

Também o reconhecimento efetuado junto dos arganilenses, Fernanda Maria Dias e Avelino Pedroso, pelas respetivas nomeações para cargos diretivos, quer na área do emprego e quer na área da saúde foi uma realidade, através da organização de um encontro de homenagem a ambos os citados.

Os projetos, quer no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, neste caso de recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas, quer da escola do Paço Grande, destinada à instalação da Academia, mereceram a permanente atenção da Instituição.

Exemplo disso foi a **insistência junto da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro), para que fossem pagos os valores devidos pela elaboração do projeto** (arquitetura e especialidades), mas de igual modo a continuidade deste como prioridade do investimento neste campo da saúde.

Já no âmbito da recuperação do imóvel cedido pela Autarquia, foram encetados estudos, tendo em vista recuperar a parte existente e, dessa forma, dar utilidade ao espaço em causa, por meio de um investimento mais comedido.

Por último a **Misericórdia de Arganil manteve a sua postura de parceiro ativo**, não só a nível local, como de igual modo a nível regional e nacional, colaborando com as mais diversas entidades, disponibilizando recursos humanos e materiais.

Exemplo disso, foi o apoio disponibilizado nas diversas estruturas em que se encontra como entidade parceira, seja no Conselho Local de Ação Social (CLAS), na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil (CG), sem esquecer a colaboração com outras entidades como o Centro Distrital de Solidariedade Social de Coimbra (CDSSC), a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, a EPTOLIVA, os Lions de Arganil, a Fundação Memória da Beira Serra – A Comarca de Arganil, os Secretariados Nacional e Regional da União das Misericórdias Portuguesas, a Confraria Gastronómica do Bucho, entre tantas outras.

Assim, poderemos concluir da súmula apresentada neste item do presente documento, que a Misericórdia conseguiu alcançar as metas a que se propôs, tendo por base uma permanente atenção aos que serve e aos que nela labutam, sem esquecer a sempre necessária sustentabilidade.

Apresentado que foi o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2013 por parte do Diretor Geral, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal | Definitório, Dr. Pedro Pereira Alves, para que se pronunciasse sobre o assunto.

No uso da palavra o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves, aproveitou o momento para “dirigir umas palavras de apreço e gratidão às famílias dos irmãos Joaquim Marques Fernandes e Francisco Carvalho da Cruz, os quais se distinguiram ao serviço de uma série de entidades locais designadamente a Misericórdia.”

No que concerne ao Relatório de Atividades e Contas referiu que, “após a explanação efetuada, o exercício de 2013 foi marcado pela concretização das metas a que a Instituição se tinha proposto, designadamente o facto de ter contribuído para a coesão social local”.

Referiu ainda, “que o Conselho Fiscal recebeu toda a informação relevante para apreciar o Relatório, designadamente por parte do Provedor da Instituição e do seu Diretor Geral, sendo essencial que todos

os irmãos tenham noção das dificuldades com que uma Misericórdia, em face da conjuntura económica, tem que lidar diariamente. Não obstante, a ação desta Santa Casa foi indiscutivelmente muito eficaz em todas as áreas em que interveio.”

Nesse sentido, sublinhou “o parecer favorável do Conselho Fiscal | Definitório à aprovação do Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2013.”

Apresentada a posição do Conselho Fiscal | Definitório, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, abriu as inscrições para a intervenção dos irmãos sobre este assunto, não tendo, contudo, sido registada qualquer pedido de esclarecimento ou comentário.

Encerrado que foi o período de discussão foi colocada a votação, para deliberação em minuta, o que houver sobre o Relatório de Atividades e Contas, assim como o parecer do Conselho Fiscal | Definitório.

Colocados a votação ambos os documentos a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade e em minuta, a aprovação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2013, assim como do parecer do Conselho Fiscal | Definitório e que se dá por transcrito de seguida.

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS - 2013**

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea b) do artigo 39º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu no passado dia 20 de Março, pelas 18 horas, no salão nobre desta Misericórdia o respetivo Conselho Fiscal | Definitório, com a finalidade de se inteirar, analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2013.

Apresentada e analisada a documentação de suporte ao respetivo Relatório de Atividades e Contas referente a 2013, o Conselho Fiscal concluiu que, apesar das dificuldades presentes ao longo do exercício, designadamente de natureza económico-financeira, ditadas pela situação de crise que o País atravessa, **foi possível à Instituição dar sequência aos objetivos a que se propôs em sede de Plano de Atividades e Orçamento.**

Nesse sentido, foram levadas a efeito um vasto leque de atividades promovidas pela Misericórdia, nas suas mais diversas áreas de atuação, através de um conjunto de ações que possibilitaram, entre outros, assegurar a manutenção de serviços de qualidade junto da comunidade.

Reflexo dessa atividade verificou-se a concretização das metas elencadas para o ano de 2013, designadamente:

- 1. Manutenção do maior número de postos de trabalhos, sem colocar em causa a sustentabilidade da Instituição;**
- 2. Continuação da política de requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social;**
- 3. Desenvolvimento das estratégias e atividades destinadas à preservação ambiental e promoção da Mata das Misericórdias;**
- 4. Continuidade e reforço das parcerias com o Sector Público e Privado;**
- 5. Realização de ações destinadas à formação dos trabalhadores / colaboradores, bem como à certificação de qualidade no âmbito do EQUASS;**
- 6. Início da atualização |inventariação do Património Imóvel;**
- 7. Promoção cultural e artística, através da valorização histórica da Instituição;**
- 8. Reajustamento do cronograma de execução da nova Unidade de Cuidados Continuados;**
- 9. Reformulação do prazo de execução do projeto destinado à recuperação da escola do**



## **Paço Grande;**

**10. Dinamização e participação em projetos vocacionados para a área da economia solidária;**

**11. Colaboração e parceria com as mais diversas entidades locais, reforçando assim a coesão institucional e cumprindo os protocolos celebrados.**

Ora, se na parte das atividades foi visível uma forte dinâmica, o que aliás tem caracterizado a atuação da Misericórdia de Arganil, também no campo económico-financeiro foi manifestada a preocupação em que a sustentabilidade da Instituição fosse preservada.

Deste modo, verificou-se que, no campo dos rendimentos, a Instituição tinha estabelecido um orçamento de dois milhões setecentos e setenta e seis mil, e seiscentos e oitenta e cinco euros (2.776.685,00€), mas fruto do contributo decorrente dos acordos de cooperação com o Estado, assim como dos rendimentos provenientes de investimentos não financeiros, designadamente das rendas resultantes do seu património, a par da valorização das propriedades de investimento, foi possível um crescimento de 5,93%, totalizando dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos (2.941.384,05€).

De realçar, no campo dos subsídios à exploração (acordos com o Estado), que o programa que mais se destacou em termos de crescimento correspondeu à cantina social, enquanto nas respostas sociais foi o Centro de Dia que melhor desempenho apresentou em termos de transferências do ISS,IP face ao previsto.

Em suma, o crescimento no campo dos rendimentos traduziu-se em mais cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove euros e cinco cêntimos (164.699,05€).

No campo dos gastos a Instituição tinha preconizado uma redução orçamental face ao ano de 2012, tendo em conta o receio face à possível perda de receitas prospetivada pela situação económica-financeira que o País atravessa.

No entanto, a pertinência em manter o nível de funcionalidade da Instituição, a par da realização de um conjunto de apostas na qualificação dos seus serviços, deu origem ao crescimento em 5,29% dos custos, ou seja, foram gastos dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros e doze cêntimos (2.923.481,12€) face ao previsto que foi de dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis euros (2.776.486,00€).

Neste caso, o crescimento originado pelo desempenho da Instituição atingiu os cento e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco euros e doze cêntimos (146.995,12€).

Contribuíram para este crescimento o aumento na rubrica dos custos das mercadorias e matérias-primas, com mais 8,66%, ou seja trinta e um mil, setecentos e sessenta e três euros e trinta e cinco cêntimos (31.763,35€), a que não foi alheia a área da confeção de refeições, designadamente do programa das cantinas sociais que, em 2013, disparou face a 2012, traduzida no aumento de refeições servidas.

Contudo, foi na rubrica do fornecimento de serviços externos que se verificou um maior crescimento, comparativamente com o orçamento, em 19,64%, ou seja, mais cento e trinta e um mil, oitocentos e setenta e um euros e sessenta e seis cêntimos (131.871,66€), apesar de, comparativamente com 2012, esta rubrica ter decrescido 3,01%.

De realçar a redução dos gastos com o pessoal, face ao orçamento, em 1,55%, neste caso, menos vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito euros e setenta e cinco cêntimos (23.628, 75€), explicado pelo ajustamento nos turnos e horários do pessoal, o que permitiu esta redução, a par da diminuição de alguns custos associados ao trabalho em dias de descanso | feriados.

Contudo, há a destacar, comparativamente com 2012, no total de gastos, **um decréscimo** de cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e sessenta e um cêntimos (52.469,61€), a que



correspondeu uma diminuição de **1,76%**.

Nesse sentido, foi possível registar um total de rendimentos de dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos (2.941.384,05€), enquanto que os gastos, por seu turno, atingiram o montante de dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros e doze cêntimos (2.923.481,12€).

O que, apurada a diferença entre rendimentos e gastos, obteve-se um resultado líquido de dezassete mil, novecentos e dois euros e noventa e três cêntimos (17.902,93€).

Face ao exposto, o Conselho Fiscal | Definitório, **propõe a aprovação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2013**, não sem antes destacar o esforço realizado pela Mesa Administrativa e Colaboradores na prossecução dos objetivos traçados e que, no nosso entender foram concretizados, **sendo o parecer positivo**.

Arganil, 20 de Março de 2014

O Conselho Fiscal

**3.) Análise e votação da proposta para alienação da Fração F, correspondente ao 1.º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do Desterro n.º 35, Freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana do 4.º Bairro Fiscal de Lisboa, sob o artigo n.º 880;**

No uso da palavra o Provedor da Misericórdia, prof. José Dias Coimbra, referiu que, “ao longo dos anos a Instituição tem procurado acautelar o seu património e se possível aumentá-lo, como tem acontecido. Contudo, algum deste património não contribui para a sustentabilidade da Santa Casa, sendo este o caso do imóvel identificado na proposta de alienação apresentada aos irmãos.”

Nesse sentido, “solicita-se autorização de venda | alienação da Fração F, correspondente ao 1.º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do Desterro n.º 35, Freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana do 4.º Bairro Fiscal de Lisboa, sob o artigo n.º 880”.

Mais disse, “esta venda permitirá a realização de obras em outros imóveis da Instituição que carecem urgentemente de uma intervenção, como são o caso dos apartamentos sitos na Amadora e do muro da quinta do Moinho Velho em Sintra”.

Realçou ainda, “ter sido efetuada uma avaliação ao imóvel que se pretende alienar, a qual considerou ser necessário a realização de obras para a efetivação de uma venda com um valor mais elevado. Obras estas que neste momento não podem ser realizadas, pois rondam os quinze mil euros (15.000,00€)”.

Deste modo, “atendendo ao número de anos do edifício em que se encontra o imóvel, ao facto de não ter elevador e implicar um investimento avultado, o valor de avaliação sem a realização de obras é de sessenta mil, seiscentos e sessenta e seis euros (60.666,00€), devendo ser este o valor base de referência para a efetivação dessa venda.”

Adiantou de igual modo que, “à semelhança de outros imóveis cuja venda foi autorizada pela Assembleia Geral, a concretização da mesma, só ocorrerá com condições vantajosas para a Misericórdia e se o mercado o possibilitar.”

Segue-se a apresentação da proposta de alienação e identificação do imóvel em causa, encontrando-se em anexo à ata o relatório de avaliação.

**PROPOSTA DE ALIENAÇÃO**

**Identificação:** Fração F, correspondente ao 1º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do desterro, nº 35, freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana do 4º Bairro Fiscal de Lisboa sob o **artigo nº 880**.



A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, na prossecução dos seus fins estatutários, tem procurado rentabilizar o seu património imóvel, designadamente como fonte de financiamento à sua ação social.

Nesse sentido, e por não existirem condicionantes à venda do referido imóvel inscritas no ato de doação, propõe-se a alienação do mesmo, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 23º do Compromisso desta Irmandade, caso haja condições de mercado para esse efeito.

Mais se propõe, que sejam dados poderes ao Provedor da Misericórdia para a outorga da escritura de venda | alienação, tendo por base o valor da avaliação de sessenta mil, seiscentos e sessenta e seis euros (60.666,00€)

#### Mesa Administrativa

Apresentada e discutida que foi a proposta da alienação do imóvel identificado na convocatória referente à presente reunião da Assembleia Geral, deliberou esta, por unanimidade e em minuta, aprovar a referida venda, tendo como referência o valor de sessenta mil, seiscentos e sessenta e seis euros (60.666,00€).

Mais foi deliberado e aprovado também em minuta, mandar e dar poderes ao Provedor da Instituição para a outorga de escritura de venda, bem como os demais documentos necessários à efetivação da venda em causa, autorizando-se a venda a particulares, se esta for vantajosa, em face do valor base, podendo adotar-se um modelo de pagamento faseado.

#### **4.) Outros assuntos de interesse para a Instituição;**

Encerrados e deliberados que foram os pontos anteriores da convocatória, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, abriu aos irmãos o quarto e último ponto, "Outros assuntos de interesse para a Instituição", tendo a irmã e Vice-Provedora Dr.ª Fernanda Maria Dias pedido a palavra.

No uso da palavra a Sr.ª Vice-provedora pretendeu "esclarecer uma situação, que ontem, dia 27 de março de 2014, tive oportunidade de referir em sede de reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, e que quero aqui", esclarecer," neste espaço, que é a sede própria, a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arganil."

Referiu ainda, ter sido "com tristeza e desconforto, que assisti ao sucedido em sede de reunião do Conselho Local de Ação Social, (CLAS) do passado dia 6 de março de 2014."

Acrescentou que a sua presença na citada reunião foi "enquanto representante do IEFP" mas que não deixa de ser "uma mesma e única pessoa", nomeadamente também Vice-Provedora.

A este propósito salientou, "que para poder acumular as minhas funções de Vice-provedora da SCMA e de Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, foi-me conferido um voto de confiança, uma autorização excecional, de acumular funções, visto estarmos perante uma situação potenciadora de conflitos de interesse, tendo essa autorização sido assinada pelo atual Secretário de Estado do Emprego, Dr. Octávio Oliveira".

Mais disse, que "o Núcleo Executivo do CLAS, deverá contemplar um representante das Instituições de Solidariedade Social. Representante, esse, que é estritamente eleito entre os seus pares", não tendo o "IEFP direito a voto nessa matéria."

Referiu ainda, "após esta eleição, a lista foi sujeita a sufrágio, pela totalidade dos membros do Conselho Local de Ação Social, onde o IEFP, aí sim, tem assento."

Considerou sentir-se, “magoada, por algumas insinuações, gravíssimas, sobre a minha pessoa, que têm vindo a público e que me têm sido transmitidas sem qualquer tipo de reserva”.

Terminada a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vice-provedora, Dr.<sup>a</sup> Fernanda Maria Dias, a qual se dá por anexada à presente ata, pediu a palavra o Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra.

No uso da palavra, o provedor da Instituição começou por referir que, “o primeiro voto de confiança atribuído à Sr.<sup>a</sup> Vice-Provedora para poder acumular funções não foi do Sr. Secretário de Estado, foi antes sim do Provedor, por que fui eu, enquanto representante máximo da Misericórdia, que assinei a declaração que fundamentou a autorização de acumulação de funções”.

Quanto “aos conflitos de interesse, com efeito, após este tempo o que se verifica é que, efetivamente, eles existem e estão demasiado patentes, em face do que, por exemplo, agora sucedeu.”

Acrescentou, “Pela intervenção que ouvimos posso concluir que o Núcleo Executivo já reuniu, mesmo sem uma cabal resposta do Presidente do CLAS à reclamação apresentada pela Instituição”.

Mais grave, frisou, “apesar de várias instituições do Conselho Local de Ação Social terem já solicitado a suspensão do processo de constituição e instalação do Núcleo executivo resultante dessa famigerada reunião, na qual participaram desconhecendo a totalidade da informação.”

“Assistimos pois, com o beneplácito de várias entidades públicas, como é o caso da representante do IEFP, à não clarificação dos factos apresentados por esta Misericórdia em sede própria, mas também ao pactuar com várias irregularidades”.

“Quanto à votação realizada no passado dia 6 de março, e se bem me recordo, foi a Sr.<sup>a</sup> Vice-provedora que nesse mesmo dia me informou ter votado, em frente de testemunhas, favoravelmente nos novos elementos do Núcleo Executivo. O que aliás aqui confirmou, ao dizer que votou a ratificação dessa mesma lista”.

Continuou o Sr. Provedor salientando, “não entendo pois este discurso, por meio do qual apenas confirma que votou a nova lista, pois participou na respetiva ratificação, onde no mínimo deveria ter feito uma declaração de voto a justificar a sua posição, fosse a favor, contra ou a abster-se”.

“Votação que se revelou desfavorável à dignidade desta Misericórdia, pois foi realizada com desconhecimento da totalidade dos factos e ao arrepio das normas legais aplicáveis e com a qual não podia pactuar e por isso abandonei, antes da ocorrência destas irregularidades a reunião em causa.”

Mais disse, “espero que na reunião do dia 27 de março, o Núcleo Executivo eleito irregularmente, não tenha tomado qualquer posição contrária à Misericórdia e onde a Sr.<sup>a</sup> Vice-provedora disse ter estado, o que viria a atestar, ainda mais, o conflito de interesses atualmente existente”.

Acrescentou, “enquanto eu for Provedor desta Misericórdia não permitirei que a memória dos que nos antecederam seja escamoteada e desvalorizada, bem como o papel de apoio social que esta casa tem demonstrado ao longo dos anos junto dos arganilenses, por isso não posso permitir ou pactuar com o desrespeito feito a esta Instituição, seja por quem for.”

“Eu já perdoei aos meus inimigos e a mim só me atinge quem eu quero, mas não posso esquecer que quando pretendem fazer mal a esta casa é também mim que querem fazer mal. Tenho pena que alguns irmãos não entendam o seu papel na Misericórdia.”



Terminou dizendo, “inveja, ódio e mentira, envenenam a alma” citando o Papa Francisco, frisando ainda, “eu também já perdoei, mas não posso esquecer, pois tenho em ombros defender os interesses desta Instituição com mais de três séculos e que pertence a este movimento extraordinário que são as Misericórdias Portuguesas”.

Após a intervenção do Sr. Provedor, pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves, para dizer que “apesar de não ter intenção de intervir sobre esta matéria e esta polémica, não posso, em face do que a Sr.ª Vice-provedora referiu, deixar de falar.”

“Desde logo, porque é necessário ter-se, quando em presença de instituições, uma postura de diálogo e consenso, com respeito pelas entidades, pois estas estão para além das pessoas e por isso devemos colocar de lado as questões pessoais, caso existam.”

Nesse sentido referiu que, “apesar de entender que a carta remetida à Câmara Municipal foi muito contundente, não podia deixar de manifestar a minha concordância na argumentação apresentada”.

Salientou também, que “a grandeza da Misericórdia poderá não ser muito bem vista ou aceite, mas é algo incontornável no panorama local, não se entendendo como pode esta Instituição estar fora do Núcleo Executivo”.

Além de que, “a Misericórdia não pode ser o palco para vaidades ou protagonismos interesseiros, os irmãos da Santa Casa devem perceber que estão todos ao serviço da mesma causa.”

Em suma, “as Instituições continuam para lá das pessoas, e estas têm que entender que estão ao seu serviço, mesmo que não simpatizem pessoalmente umas com as outras, não podem deixar de distinguir o que é institucional e o que é pessoal”.

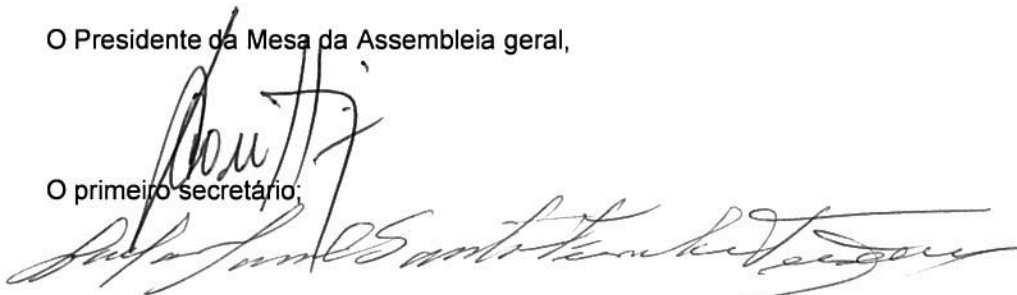
Continuou dizendo, que apesar de “ser necessário diálogo e consenso, a Misericórdia, ciente da sua razão, não pode abdicar de marcar a sua posição, pelo que, podem a Mesa Administrativa e muito especialmente o Provedor, contar com o meu apoio.”

Não havendo mais inscrições no último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual foi redigida a presente ata, na qual os pontos 2 e 3, foram aprovados em minuta e cujas respetivas deliberações entraram de imediato em vigor.

Aos 28 de março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia geral,

O primeiro secretário;



O segundo secretário;

